



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

189

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0192582-4
COMARCA : Recife -- 8ª Vara Criminal
APELANTES : Josuel de Liema Soares e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

534
PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA TENTATIVA DE ROUBO. MOMENTO DA CONSUMAÇÃO DO DELITO. DESNECESSIDADE DE QUE O BEM SAIA DA ESFERA DE VIGILÂNCIA DA VÍTIMA. FIXAÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL COMINADO AO TIPO. AUSÊNCIA DE QUALQUER CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. APELO IMPROVIDO.

I – Não merece reforma, e conseqüente absolvição do réu, a sentença cuja condenação guarda harmonia com as provas carreadas aos autos.

II – O delito de roubo, assim como o de furto, consuma-se com a simples posse, ainda que breve, da coisa alheia móvel subtraída clandestinamente, sendo desnecessário que o bem saia da esfera de vigilância da vítima. Precedentes.

III – Para que o agente adquira o caráter de posse ou detenção, basta a cessação da clandestinidade ou violência, mesmo que a vítima venha a retornar o bem, via perseguição própria ou de terceiro.

IV – As atenuantes, inclusive a da menoridade, não se prestam para reduzir a sanção aquém da pena-base prevista para o tipo, que no roubo qualificado é de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

V – Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0192582-4**, no qual figuram como partes as retronomiadas,

169



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

190

ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos**, **em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 09 de *fevereiro* de 20*06*.

[Assinatura]
Presidente

[Assinatura]
Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO 191
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0192582-4
COMARCA : Recife -- 8ª Vara Criminal
APELANTES : Josuel de Liema Soares e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

RELATÓRIO

Josuel de Lima Soares, conhecido por "Biscoito" e Marcelo Santana Brasilino foram denunciados (fls. 02/04), como incurso nas penas do art. 157, § 2º, II¹ c/c art. 14, inciso II², todos do Código Penal, acusados de, tentar subtrair as bolsas das vítimas HOSANA MARIA DA SILVA e MARIA APARECIDA, mediante grave ameaça, fazendo uso de arma de fogo, fato este ocorrido no dia 19.04 2008, por volta das 05:30 horas, na Rua Guilherme Pinto, no bairro das Graças, nesta cidade

No curso da instrução criminal, o representante do Ministério Público aditou a denúncia (fls.87/88), para considerar o crime praticado pelos acusado como descrito no art.157, §2º, inciso II, na forma consumada, c/c art. 29 e 70, todos do Código Penal Brasileiro.

Concluída a instrução criminal, os acusados Josuel de Lima Soares, conhecido por "Biscoito" e Marcelo Santana Brasilino, foram condenados à pena definitiva de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, pela prática delitiva prevista nos art. 157, §2º, inciso II c/c art. 65, inciso III, alínea "d" e art.70, todos da lei substantiva penal, conforme a sentença de fls. 144/149.

¹ Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

² Art. 14 - Diz-se o crime:

Tentativa

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

192

Inconformados, os acusados **Josuel de Lima Soares**, conhecido por "**Biscoito**" e **Marcelo Santana Brasilino**, interpuseram tempestivo apelo (fls. 154/155), oferecendo razões recursais às fls. 164/167, alegando que a conduta merece ser desclassificada para a modalidade tentada, uma vez que não obteve a posse tranqüila da *res furtiva* razão pela qual pugna pelo reconhecimento da tentativa, nos termos do art.14, inciso II do CPB.

Ressalta ainda que o acusado **Josuel de Lima Soares** tinha, à época dos fatos, 19 anos de idade, pugnando pelo reconhecimento da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I, CPB) em favor do mesmo, bem como o reconhecimento da confissão espontânea (art.65, inciso III, alínea "d") em favor de ambos, muito embora a pena-base tenha sido aplicada no mínimo legal.


O Ministério Público ofereceu contra-razões de apelação (fls. 179/181), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento da apelação, mantendo-se a sentença hostilizada.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Francisca de Mendonça Silva, ofereceu parecer de fls. 190/191, opinando pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 11 de novembro de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

18
193

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0192582-4
COMARCA : Recife – 8ª Vara Criminal
APELANTES : Josuel de Liema Soares e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO

A materialidade está comprovada por meio dos Autos de Apresentação e Apreensão (fls.19) e de entrega (fls.22/23).

No que tange à autoria e ao *modus operandi*, a confissão dos acusados e a prova testemunhal produzida por ocasião da instrução criminal, com destaque para os depoimentos e o reconhecimento pessoal dos condutores e das vítimas, são contundentes no sentido de reconhecer a autoria atribuída aos acusados.

Interrogado por ocasião da instrução criminal, o acusado **Josuel de Lima Soares**, às fls.89/90, afirma:

"(...) que são verdadeiros os fatos contidos na denúncia; que ele interrogando estava no bairro do Arruda, próximo ao Restaurante Recanto do Picuí; que ele interrogando encontrava-se com o outro denunciado, que são amigos; que não se recorda o nome do amigo; que antes dos fatos contidos na denúncia ele interrogando encontrava-se no Bar do Macarrão, juntamente com seus amigos, bebendo, no Bairro da Encruzilhada; que ficaram bebendo até seis horas da manhã; que saiu do bar, estava doidão, teve a doidice, bateu a loucura; que nenhum dos dois estavam armados, daí surgiram três mulheres onde disseram: "é um assalto", que estavam armados, fazendo o gesto como se arma estivesse sob a camisa; que ele interrogando ficou com uma bolsa da vítima e o amigo dele ficou com duas bolsas; que daí apareceram uns caras de branco, segurança, tendo eles dito: "para, para", daí apareceu o 190; (...)".

O Acusado **Marcelo Santana Brasilino** afirmou, em juízo (fls.91/92):



194

Maria Aparecida Otávio Mendonça, vítima, afirmou em seu depoimento às fls.109/110:

“(…) Que o fato ocorreu conforme descrito na denúncia; que seguia com a outra vítima Hosana Maria da Silva e a testemunha Rubiana Cristina Pereira de Arruda pelo bairro das Graças quando os acusados surgiram e simulando estarem armados anunciaram o assalto e tomaram a bolsa dela declarante e da outra vítima Hosana Maria da Silva; que nada tomaram da testemunha Rubiana porque esta conseguiu correr e escapar da ação; que após subtraírem as bolsas os acusados correram; que não viu os acusados serem abordados pelos seguranças da Faculdade Maurício de Nassau; que soube que Rubiana foi quem acionou os seguranças; que ela declarante e Hosana conseguiram recuperar integralmente os objetos roubados; que não percebeu se os acusados estava alcoolizados ou drogados, pois ficou bastante nervosa pois os acusados passaram a rodá-la para tomarem sua bolsa; que ficou com medo dos acusados; que um dos acusados gritou para o outro: “dá na cara dela” e ainda proferiu palavras de baixo calão; (...) que o acusado que a abordou tinha algum volume, sob a camisa que fez com que ela declarante o temesse; (...)”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

195

A vítima Hosana Maria da Silva declarou, em juízo (fls.111/112):

"(...) Que, ela declarante a outra vítima Maria Aparecida e a testemunha Rubiana seguiam pela Rua Guilherme Pinto quando surgiram os dois denunciados; que a testemunha Rubiana seguia um pouco mais a frente; que os acusados abordaram ela declarante e também Maria Aparecida, mas disseram para as três ficarem juntas; que no entanto Rubiana, mais corajosa, correu para pedir ajuda aos seguranças da Faculdade Mauricio de Nassau; que um deles a abordou e o outro abordou Maria Aparecida; que os acusados simularam estarem armados colocando a mão na cintura; que ela com medo entregou logo a bolsa; que no entanto a outra vítima Maria Aparecida relutou; que o acusado que estava com ela declarante e já havia lhe tomado a bolsa, aproximou-se da vítima Maria Aparecida e disse para o comparsa bater na cara dela; que com receio ela declarante pediu para a vítima Maria Aparecida entregar a bolsa no que foi atendida; que ao término os acusados foram embora com as duas bolsas; que do local do roubo não dava para avistar o local onde os acusados foram detidos pelos seguranças da faculdade; que todos os objetos roubados foram recuperados; (...) que percebeu que o acusado que abordou a vítima Maria Aparecida botou a mão na cintura como se estivesse armado; que não chegaram a bater no rosto da vítima Maria Aparecida; (...)".

As testemunhas arroladas pela defesa foram dispensadas pelo patrono dos recorrentes (fls.129), em face das declarações de boa conduta social dos acusados, anexadas pelo mesmo (fls.119/122).

O conjunto probatório existente nos autos imputa aos apelantes Josuel de Lima Soares, conhecido por "Biscoito" e Marcelo Santana Brasilino, sem sombra de dúvida, a autoria do crime descrito na denúncia, não merecendo, desta maneira, ser acolhida a pretensão de sua absolvição.

Quanto ao argumento de que o delito foi praticado na sua forma tentada, não há como ser acolhido, diante das provas carreadas aos autos.



196

O roubo se consuma no momento em que o agente subtrai o bem do ofendido. Subtrair é retirar contra a vontade do titular. Levando-se em conta esse raciocínio, o roubo estará consumado tão logo o sujeito, após o emprego de violência ou grave ameaça, retire o objeto material da esfera de disponibilidade da vítima, **sendo irrelevante se chegou a ter a posse tranqüila ou não da res furtiva**. (Curso de Direito Penal, vol. 2, 6ª, São Paulo: Saraiva, 2006, p. 409/410).

PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA TENTATIVA. IMPOSSIBILIDADE. REGIME INICIAL MAIS SEVERO PARA O INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA. DECISÃO FUNDAMENTADA APENAS NA GRAVIDADE GENÉRICA DO DELITO. SÚMULA 718/STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

3. Na hipótese, a fixação pelo Tribunal a quo do regime inicial fechado pela prática do crime de roubo qualificado, com base apenas na gravidade genérica do delito, constitui constrangimento ilegal, por inobservância do disposto no art. 33, § 2º, alínea b, do referido diploma legal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

197

4. Fixada a pena-base no mínimo legal, a aplicação de regime prisional mais gravoso para o início do cumprimento da condenação atenta contra o art. 33, § 3º do referido diploma legal.

5. Ordem parcialmente concedida a fim de fixar o regime semi-aberto, para o início do cumprimento da pena (HC 106.457/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 20/10/2008)

RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. REFORMATIO IN MELLIUS. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE POSSE MANSA E PACÍFICA DA RES. CONSUMAÇÃO. DISSENSO PRETORIANO.

1. (...).

2. O crime de roubo se consuma com a mera posse do bem subtraído, ainda que por um breve período, não se exigindo para a consumação do delito a posse tranqüila da res. Precedentes.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (REsp. 753.215/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ 5T, DJU 20.03.2006).

HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO QUALIFICADO. FORMA CONSUMADA. MOMENTO DO CRIME. ORDEM DENEGADA.

1. A jurisprudência desta Corte vem se firmando no sentido de que, em havendo emprego de violência ou grave ameaça, prescinde de posse mansa e tranqüila da res furtiva para consumação do tipo.

2. Ordem denegada. (HC 42.397/SP, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, 6T, DJU 06.02.2006).

E, ainda, do Supremo Tribunal Federal

Roubo. Momento de sua consumação. O roubo se consuma no instante em que o ladrão se torna possuidor da coisa móvel alheia subtraída mediante grave ameaça ou violência. - Para que o ladrão se torne possuidor, não é preciso, em nosso direito, que ele saia da esfera de vigilância do antigo possuidor, mas, ao contrário, basta que cesse a clandestinidade ou a violência, para que o poder de fato sobre a coisa se transforme

7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

198

de detenção em posse, ainda que seja possível ao antigo possuidor retomá-la pela violência, por si ou por terceiro, em virtude de perseguição imediata. Aliás, a fuga com a coisa em seu poder traduz inequivocamente a existência de posse. E a perseguição - não fosse a legitimidade do desforço imediato - seria ato de turbacão (ameaça) a posse do ladrão. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 102.490/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. MOREIRA ALVES, DJ de 16/8/1991).

Quanto ao pedido alternativo de redução da pena, alegando que a MM Juíza processante deixou de reconhecer a atenuante da menoridade ao acusado **Josuel de Lima Soares**, visto que o mesmo tinha à época dos fatos, 19 anos de idade, bem como o reconhecimento da confissão espontânea (art. 65, inciso III, alínea "d") em favor de ambos, não vislumbro tal possibilidade, uma vez que a sanção foi aplicada no mínimo legal previsto para o roubo qualificado, que é de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão (quatro anos da pena-base do roubo simples aumentado de um terço), não podendo, desta forma, ser aplicada as atenuantes da menoridade e da confissão espontânea.

Sobre o assunto o Superior Tribunal de Justiça editou a súmula 231, cuja redação é a seguinte:

"A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".

Isto posto, nego provimento ao recurso, mantendo a sentença tal como proferida.

Recife 07 de *fevereiro* de 200

[Assinatura]
Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO



199

PROCESSO Nº:	0192582-4
COMARCA:	RECIFE
VARA:	8ª VARA CRIMINAL
APELANTES:	JOSUEL DE LIMA SOARES MARCELO SANTANA BRASILINO
DEFENSOR:	DRA. RAFAELA MELO DE CARVALHO VAZ
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR(A)	DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA SILVA
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR	DESA. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA
REVISOR	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO REVISOR

Recorrem **Josuel de Lima Soares e Marcelo Santana Brasilino**, inconformados com a sentença que condenou, cada um, às penas de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, como incurso nas penas do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, c/c o art. 65, inciso III, alínea "d" e art. 70, todos do Código Penal¹.

Consta que os apelantes, mediante simulação de estarem armados, subtraíram duas bolsas das vítimas, as quais continham, dentre outros, dinheiro e aparelhos celulares.

Emerge dos autos que os recorrentes foram perseguidos por seguranças da Faculdade Maurício de Nassau, ocasião em que foram alcançados com a posse da *res furtiva*.

1 Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência, a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

Circunstâncias atenuantes

Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

III - ter o agente:

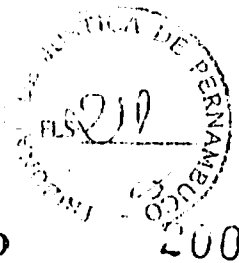
d) confissão espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

Concurso formal

Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



A defesa alega que, para que o delito se consuma, seria necessária a posse mansa tranquila dos bens, requerendo, então, que seja reconhecida a causa de diminuição da pena referente à tentativa, bem como a reforma da sentença, com o reconhecimento das atenuantes da confissão espontânea e da menoridade, esta em relação ao apelante **Josuel de Lima Soares**.

Segundo precedentes dos Tribunais Superiores é firme o entendimento de que a consumação do delito de roubo se dá quando o agente consegue retirar o bem da esfera de disponibilidade da vítima, ainda que não haja posse tranqüila da *res furtiva*, ou seja, quando o ofendido não puder mais exercer os poderes inerentes à sua posse ou propriedade.

Nesse sentido:

STJ: A jurisprudência desta Corte, bem como do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação no sentido de que se considera consumado o crime de roubo, assim como o de furto, no momento em que, cessada a clandestinidade ou violência, o agente se torna possuidor da res furtiva, ainda que por curto espaço de tempo, sendo desnecessário que o bem saia da esfera de vigilância da vítima, incluindo-se, portanto, as hipóteses em que é possível a retomada do bem por meio de perseguição imediata.

(REsp 895336 / RS RECURSO ESPECIAL 2006/0225327-3)

No que tange ao reconhecimento das atenuantes da confissão espontânea e da menoridade, não merece acolhimento, visto que a sanção já foi aplicada em seu mínimo legal, não podendo, desta forma ser aplicada as atenuantes requeridas.

Neste sentido:

STJ Súmula nº 231

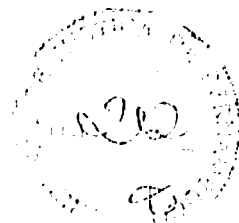
Circunstâncias Atenuantes - Redução da Pena - Mínimo Legal

A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

CA



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



201

Ante o exposto,

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando provimento ao apelo**, mantendo a sentença de primeiro grau tal como foi proferida.

É como voto.

Recife, 09 / 02 / 2000. 10

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor